AS OBRIGAÇÕES NO TRABALHO DOMÉSTICO FAMILIAR DE JOVENS ESTUDANTES: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

DAMICO¹, José – ULBRA – zdamico@yahoo.com.br

GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23

Agência Financiadora: REDE CEDES / Ministério dos Esportes

Introdução

Como nos tornamos sujeitos de determinadas culturas? Essa pergunta caberia em variados processos e instituições. Em especial, na temática do lazer, ainda que este, como categoria analítica, apareça no cenário acadêmico como um subconjunto no chamado mundo do trabalho. No entanto, as relações que configuram o lazer e o trabalho vêm se modificando drasticamente. Reposicioná-los parece ser uma tarefa importante se desejamos compreender as novas configurações na formação das identidades culturais na contemporaneidade. No panorama atual, tratar o lazer como um apêndice do trabalho parece um reducionismo míope, uma vez que os aspectos compensatórios exaltados na lógica funcionalista contrastam com desemprego, mão-de-obra excedente, adiamento da aposentadoria, flexibilização da legislação trabalhista, migração para o mercado informal, precarização das relações de trabalho e, em especial para os/as jovens, alargamento da expectativa de vida, como aponta Pochmann (2004), impulsionando um novo olhar sobre essa temática.

Ao longo deste texto, apresentaremos e discutiremos alguns resultados de uma pesquisa intitulada Mapa do Lazer Juvenil na cidade de Canoas/RS, principalmente os dados que demonstrem implicações no tempo livre dos/das jovens e em suas opções de lazer em função das obrigações com os trabalhos domésticos familiares que possuem ou não. Ou seja, aqueles/as que não estão no mercado de trabalho formal ou informal, mas que, de modo substancial, têm menor tempo livre para participar/integrar outras redes de sociabilidade juvenis.

Esta parte da pesquisa é resultado de uma *survey* realizado com jovens estudantes. Apesar de utilizarmos dados numéricos, não temos a intenção de tomá-los em si como expressão da “verdade”, mas sim de utilizá-los como mais uma ferramenta no sentido de apontar, perguntar, refletir sobre os processos de constituições de identidades e sobre

¹ O autor é Doutorando do PPGEDU/UFRGS, tendo como orientadora a Dra. Dagmar Estermann Meyer. É membro do NUPÉ DA CIDADE e colaborador do GEERGE (ambos grupos cadastrados no CNPQ).

determinadas práticas dos sujeitos masculinos e femininos que vivem no espaço considerado e que ali são subjetivados.

Considerando que alguns dos pressupostos subjacentes à utilização de dados numéricos podem se mostrar complicados para a abordagem teórica que pretendemos privilegiar em nossa discussão, utilizaremos tais informações como um exercício de inscrevê-la em um dado contexto sócio-histórico e cultural que lhe dê significação. É desse modo que podemos perguntar: quais as condições de emergência de uma discursividade sobre o eu que inclui ser responsável, solidária/o, etc. nas relações domésticas?

Apoiamo-nos nos estudos de gênero, nas suas versões pós-estruturalistas, para tratar da articulação entre tempo livre e obrigações domésticas familiares, estas produzindo sujeitos generificados. Apontar na direção dessas problematizações implica assumir que aquilo que se compreende, se pratica e se vive como tarefa de homem ou de mulher muda ao longo do tempo, mas carregando a memória discursiva de práticas de outras épocas, de diferentes sociedades e grupos culturais; ou seja, há deslocamentos desses discursos, o que não significa que desapareçam, e sim que ocorrem de outros modos e são exercidos em diferentes relações de poder. Sublinhamos essa pluralidade de significações (e seus efeitos na vida das pessoas), do ponto de vista das relações de gênero, quando propomos discutir as formas e sentidos particulares que as tarefas domésticas, por exemplo, tomam na vida das pessoas como algum valor positivo em suas vidas, como uma possibilidade de aprendizagem.

Por meio das práticas de organização e regulamentação do tempo, do espaço e dos movimentos da vida cotidiana, os corpos são estimulados, treinados, governados e marcados pelas formas históricas predominantes de individualidade, desejo, masculinidade e feminilidade. Nesse contexto, considera-se que gênero engloba

todas as formas de construção social e cultural implicadas nos processos que diferenciam homens e mulheres, incluindo aquelas construções que produzem os corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos femininos e masculinos. O conceito de gênero passa a focalizar exatamente o caráter construído dessas distinções – biológicas, comportamentais ou psíquicas – percebidas entre homens e mulheres (MEYER, 2003, p. 7).

Utilizamos neste estudo gênero como categoria de análise por sua potencialidade em “questionar as categorias unitárias e universais e torna históricos

conceitos que são normalmente tratados como naturais como, por exemplo, ‘homem e mulher’ (MARIANO, 2005, p. 486).

Da pesquisa em si

A amostra foi composta por 831 sujeitos cursando o ensino fundamental e médio de escolas públicas e de escolas privadas que participaram da pesquisa Mapa do Lazer Juvenil da cidade de Canoas/RS. Essa composição foi realizada a partir da divisão da amostra, que utilizou como critérios de inclusão ter obrigações com o trabalho doméstico familiar (OTDF) e não ter obrigações com o trabalho doméstico familiar. As obrigações com o trabalho doméstico familiar foram aferidas a partir de três variáveis: cuidar dos irmãos, fazer comida, varrer e limpar a casa. Para cada um das questões, havia três possibilidades de resposta: “sempre”, “às vezes” e “nunca”. Os/as estudantes indicados/as com obrigações com a atividade doméstica familiar foram aqueles/as que assinalaram “sempre” três vezes, duas vezes ou uma vez. Os/as estudantes indicados/as como não tendo obrigações com o trabalho doméstico familiar foram aqueles/as que assinalaram “nunca” três vezes, duas vezes ou uma vez. As outras possibilidades de configuração das respostas foram descartadas desta amostragem.

As idades dos sujeitos estão compreendidas entre 10 e 24 anos. Destes, 77,62 % pertencem a escolas públicas (n = 645) e 22,38 %, a escolas privadas (n = 186). Os estudantes do sexo feminino correspondem a 55,82 % do total da amostra, e os estudantes do sexo masculino, a 44,18 %.

O objetivo principal foi verificar o impacto das OTDF na organização das atividades de lazer durante o final de semana, nos turnos sábado à tarde (ST), sábado à noite (SN), domingo pela manhã (DM), domingo à tarde (DT) e domingo à noite (DN).

Participaram da *survey* os/as estudantes que compuseram as turmas selecionadas e que compareceram à aula no dia em que o questionário foi aplicado, no mês de novembro de 2006, nos turnos da manhã e da tarde. O estudo foi aplicado simultaneamente em todas as escolas que participaram da amostra durante a segunda-feira. Essa estratégia tinha como objetivo garantir a mesma referência de final de semana e uma proximidade temporal que facilitasse o processo de rememoração do que havia acontecido.

O instrumento base para a realização deste recorte foi a *survey* Mapa do Lazer Juvenil. Esse instrumento é um questionário semi-estruturado composto por oito eixos

temáticos: a) caracterização do jovem (idade, sexo, raça/etnia, filiação, tipo de escola, série, bairro, religião); b) materiais para uso no lazer; c) trabalho; d) prática de atividades no turno inverso; e) atividade de lazer mais importante realizada no último final de semana: sábado à tarde (ST), sábado à noite (SN), domingo pela manhã (DM), domingo à tarde (DT) e domingo à noite (DN). O sábado pela manhã não compõe o espectro de análise, tendo-se em vista que ele é utilizado pelas escolas, muitas vezes, para garantir os dias letivos; f) avaliação da infra-estrutura do bairro onde reside; g) obrigações com tarefas domésticas; h) vulnerabilidade social dos estudantes (gravidez, AIDS, droga e violência).

Como objetivo específico, buscou-se identificar alguns marcadores de identidade, como gênero, raça/etnia e bairro onde residem os/as estudantes na adesão a essas práticas.

Educando para o lar x educando para o trabalho

O estudo revela que as meninas estudantes que possuem OTDF representam 75%, enquanto os meninos-estudantes formam 25% da amostra. Nesse caso, as tarefas domésticas assumem contornos bastante específicos em termos de público. A primeira distinção é que o trabalho doméstico compõe preferencialmente a rotina feminina. Parece compor as aprendizagens femininas experimentar, algumas vezes na mais tenra idade, as tarefas de cuidado com a casa, comportamento bem menos explorado junto aos meninos.

O conceito de trabalho de mulheres (*women's work*) é um conceito importante de ser aqui trabalhado na sua historicidade e nos seus aspectos relacionais com os homens. Podemos lembrar que muitos estudos feministas têm demonstrado que os percursos de escolhas profissionais convergem para profissões tidas socialmente como femininas, como professora, enfermeira, costureira e secretária, só para citar algumas. Em determinados contextos históricos, a atividade da mulher, em termos de trabalho, foi sendo, desde muito tempo, dirigida por um ideário que coincidissem com a “natureza” feminina, preferencialmente relacionada com a esfera doméstica.

Os períodos em que as mulheres saíram das suas casas para atuar nas fábricas, como no início da Revolução Industrial e durante as grandes guerras, por absoluta necessidade econômica, seja por ausência de mão-de-obra masculina, seja por expansão das especialidades técnicas, foram seguidos por reações que as obrigavam ao trabalho no

próprio domicílio ou que caracterizavam as funções ocupadas por mulheres como de menor importância (MATOS e ALVES, 2006).

Vejamos o seguinte comentário de Maria Matias:

A revolução industrial não veio alterar esta ordem. O que a sociedade oitocentista descobriu com a nova consciência social vitoriana foi a mulher trabalhadora como objeto de piedade. No mundo pré-industrial, o trabalho da mulher, executado no lar, não interferia seriamente com as responsabilidades da mãe sobre os cuidados dos filhos e as obrigações domésticas (2002, p. 3).

A análise feita por essa estudiosa feminista é exemplar para nos fazer pensar que as relações de gênero, do ponto de vista de sua construção histórica e social, estão atreladas a alguns binarismos – dentro/fora, casa/rua, cuidado/não-cuidado, público/privado – que sustentam uma nítida divisão das relações entre natureza e cultura. Essa noção essencialista vem carregada de adjetivos, como “dócil”, “frágil”, “paciente”, “maternal”, “nervosa” e “delicada” para as mulheres; já os qualitativos “forte”, “viril”, “duro”, “decidido” e “estável emocionalmente” são reservados para os homens.

Para Kurz (2000), são as mulheres que acabam sendo pressionadas a reproduzirem o dia-a-dia da rotina doméstica no âmbito da família. Por outro lado, o aprendizado familiar garante a experiência necessária para que elas ocupem os postos do mercado de trabalho que estão associados ao cuidado com a casa: empregadas domésticas, diaristas, babás e faxineiras. Portanto, quando pensamos no lazer das famílias pobres, não há como deixar de considerar esse contexto. O tempo disponível pode variar em função do grau de obrigações que cada um dos indivíduos que compõem a família possui na dinamização das tarefas familiares.

Nas famílias que ocupam os postos menos rentáveis do mercado de trabalho (seja ele formal ou informal), as tarefas familiares muitas vezes compõem a dinâmica de sua subsistência. Essa realidade tende a agravar-se diante das conseqüências da vulnerabilização do contexto de vida das famílias pobres.

As desigualdades no campo do lazer não se dão apenas com bases socioeconômicas. A pesquisa Perfil da Juventude Brasileira evidenciou uma menor mobilidade sociocomunitária em espaços públicos, principalmente das meninas. Existe um marcador de gênero que está pressionando as mulheres a desenvolverem ações restritas ao espaço doméstico. Nesse sentido, não há como pensarmos a organização social do lazer, como

propõe Estanque (1995), longe de arranjos de gênero. Essa realidade acaba por privar as meninas do acesso, em posição de simetria com a dos meninos, aos tempos e espaços de lazer. A impossibilidade de ver na cena pública uma possibilidade de experimentação de identidades (principalmente aquelas que são experimentadas no lazer), conforme nos apresenta Carrano (2000), compromete jovens dos extratos econômicos mais baixos, prioritariamente as meninas.

No entender de Dumazedier (2004), a principal dificuldade de experimentação do lazer está associada à forma como se dá o regramento temporal das OTDF. Há um fluxo contínuo de atividades que podem garantir mais de 10 horas de atividades/dia. Como são demandas que podem vir a qualquer hora, principalmente quando se cuida de crianças menores, não há como fazer planejamento para os horários de descanso ou de lazer.

Compreender o papel das tarefas domésticas na configuração da realidade do lazer de jovens é fundamental para que se possam pensar estratégias no sentido de garanti-lo como um direito social inalienável. Para isso, este trabalho buscou, a partir da pesquisa Mapa do Lazer Juvenil da cidade de Canoas/RS, compreender o impacto do trabalho doméstico familiar na configuração do lazer de crianças e jovens durante o final de semana.

Educação de comportamentos e controle das emoções

Nesta seção, analisaremos os dados a partir de dois argumentos centrais: o primeiro é o de que a educação como um todo, bem como a educação da família, cumpriu e ainda cumpre funções fundamentais nos comportamentos do gênero. O segundo é o de que a ausência no âmbito de práticas de lazer externo pode funcionar como detonador das emoções, principalmente entre os/as jovens.

Para o primeiro argumento, utilizamos as palavras de Maria Matos e Gisele Alves. Conforme as autoras, foi no século XIX que a humanidade se deu conta do poderio da educação e do papel da família. “Por todo o lado se criam escolas, internatos e cursos, em redes muitas vezes concorrentes, mas todos não são mistos, tão grande é a vontade de especificar o sexo” (2006, p.174). Com relação ao segundo argumento, poderíamos supor que, em um território de grande restrição espacial para o desenvolvimento de atividades de lazer (por dificuldades econômicas ou por problemas nos próprios espaços formais, como

as praças), a disputa pela sua ocupação tenderia a garantir a supremacia dos corpos mais velhos, mais fortes ou mais violentos.

Eric Dunning (2003) compreende que o divertimento se constituiu, ao longo do tempo, em um dos principais aspectos da vida humana. Seu papel está associado à experimentação de emoções fortes de curta duração, sem que, com isso, sejam desencadeadas reações emotivas violentas. Ao final, essas tensões produziriam um autocontrole, que se constitui como um dos elementos responsáveis pela limitação de atos violentos na esfera pública e privada na sociedade moderna ocidental. Daí resulta uma característica importante do processo civilizatório, ou seja, o controle das emoções em espaços públicos.

Lazer e obrigações domésticas nos finais de semana

No sábado à tarde, no *ranking* das dez principais atividades apontadas pelos estudantes, o estudo apresentou relação em apenas dois cenários de lazer: prática do futebol e cuidado com a casa. Com relação ao primeiro, de 161 jovens que indicaram o futebol como sua principal atividade no sábado à tarde, somente cerca de 20% têm OTDF.

Das atividades apresentadas, apenas o cuidado com a casa não se refere a alguma atividade de lazer. Outra característica é que as atividades de sociabilização dos/as jovens, como jogar futebol, passear/namorar, ficar com amigos/as (28,8% das atividades), são apontadas preferencialmente pelos/as estudantes que não possuem OTDF como uma importante atividade de lazer.

A análise do sábado à tarde é bastante ilustrativa para a compreensão do conjunto do trabalho. As duas atividades que mais chamaram a atenção neste turno – jogar futebol e cuidado com a casa – apontam para uma generificação do comportamento no âmbito do lazer. A prática do futebol está associada aos/as estudantes que não possuem OTDF. Esse grupo é formado majoritariamente (68,57%) por meninos. Ao serem dispensados das tarefas domésticas, os meninos acabam realizando outras atividades no âmbito do lazer. Já aqueles/as estudantes que possuem OTDF são majoritariamente meninas (75,11%).

No sábado à tarde, a atividade religiosa aparece como uma das atividades mais importantes desse grupo, entre os/as que possuem OTDF e os/as que não as possuem. Há uma riqueza de atividades de lazer realizadas no interior das igrejas, integrando um circuito

de subjetivação que não rompe com os papéis estabelecidos pelas famílias. Essa parece ser uma pista importante para verificar o conjunto de práticas sociais que ajuda a compor esse cenário.

Sábado à noite, encontramos apenas duas atividades de sociabilização destacadas entre as principais: prática do futebol e atividade religiosa. A atividade religiosa está associada ao público que possui OTDF e o jogo de vídeo game a quem não tem OTDF. Entre aqueles/as que assinalaram como principal atividade, nesse turno, jogar vídeo game, 90% não têm OTDF, enquanto entre os/as que assinalaram a atividade religiosa, 60% têm OTDF.

O que podemos perceber é que a cultura do lazer no bairro é fruto de um determinado contexto histórico e social balizado por determinadas relações de poder que tornam certos personagens mais sensíveis ao discurso religioso. Isto não significa que há uma agência unificadora e coerente que funda uma identidade própria: o/a jovem religioso/a. Isto não seria possível por dois motivos: por um lado conforme alerta Martucelli (2000), no campo da identidade nenhuma totalidade se impõe, tudo está solto; por outro lado, não é possível desconsiderar que diferentes igrejas disputam diferentes projetos de identidade.

Enquanto no domingo pela manhã, há uma maior nitidez sobre o papel de quem tem e quem não tem OTDF. As atividades de descansar/dormir (78%) e ver TV/vídeo/DVD (85%), relacionadas ao descanso e/ou ao direito à preguiça, estão também ligadas ao público que não possui OTDF, assim como a prática do futebol (89%). A segunda opção de ocupação do tempo no domingo pela manhã associada a esse grupo é o cuidado com a casa (74%) para o grupo que possui OTDF.

No domingo à tarde, as principais atividades estão relacionados ao lazer. A maior parte das atividades de sociabilização permanece entre aqueles/as que não têm OTDF. Os que não possuem OTDF são responsáveis por 76,8% dessas atividades. Dentre as principais atividades relacionadas, destacam-se aquelas que não possuem o perfil de serem desenvolvidas coletivamente, como navegar na Internet, ficar em casa e assistir a esportes. As atividades em que o estudo apresentou diferença estatística estão associadas aos/as estudantes que não possuem OTDF.

No que se refere ao recorte quanto ao gênero, podemos perceber que as meninas, apesar de terem um menor percentual nesta amostra, preponderam nas OTDF. Entre as jovens estudantes, quase 47% possuem obrigações domésticas familiares. Já os meninos, com maior percentual na composição da amostra, estão associados com a não-realização de OTDF – cerca de 87% dos jovens estudantes não têm OTDF.

Um segundo esclarecimento obriga-nos a enfatizar o impacto do não-regramento das tarefas domésticas, como aponta Dumazedieu (2004), na diminuição do tempo destinado ao lazer. Em casa, as tarefas de limpeza, alimentação e cuidado com crianças menores, quando elas existem, são contínuas. Apesar de apresentarem um percentual baixo em termos da amostra, nos turnos ST e DM, aparecem estudantes envolvidos com tarefas domésticas. Portanto, são os/as estudantes que possuem maior vulnerabilidade social que estão mais propensos/as a perderem importantes períodos de lazer com as OTDF. Por estarem pesadamente representadas nesse grupo, as meninas são as mais pressionadas a cumprir funções que exigem um maior envolvimento com a casa como expressão de sua feminilidade marcada (MYOTIN 1997). Essas tarefas cabem às meninas, principalmente as mais pobres (93,14%), para serem mães responsáveis ou boas empregadas domésticas. Para cumprirem essa função, elas precisam se acostumar com um menor tempo destinado ao lazer. Se pensarmos que o cumprimento dessas tarefas não é aceito passivamente, podemos reconhecer que se produzem resistências. Isso, no entanto, não garante a ação de um regramento moral de aceitação por parte da família e outras instituições, o que pode colaborar sobremaneira na formação de jovens que cumpram essas obrigações.

Já os meninos são formados para desenvolverem atividades de lazer fora do ambiente familiar, como as atividades de risco (as esportivas) identificadas por Esculcas e Mota (2005); algumas meninas são preparadas para as lides da casa. Brenner, Dayrell e Carrano (2005), quando da realização do Perfil da Juventude Brasileira, evidenciaram que as meninas possuem uma menor mobilidade sociocomunitária por conta das demandas domésticas. Essa menor mobilidade pressiona as meninas a realizarem atividades de lazer dentro do espaço doméstico, o que compromete o desenvolvimento de outras identidades.

Quando realizamos um corte de raça/etnia, percebemos que as OTDF não se distribuem igualmente entre os/as estudantes participantes desta amostra. Os/as jovens

estudantes que se declaram negros/as possuem mais OTDF (34%), enquanto que os/as jovens estudantes brancos/as não (74%).

Para identificar a distribuição dos estudantes quanto ao bairro, é preciso fazer uma consideração inicial. Há bairros que têm acesso a uma rede de serviços que permite uma melhor qualidade de vida a seus/suas moradores/as, como supermercados, transporte urbano, centros de compras, espaços de lazer formais (parques, ginásios e quadras esportivas, segurança, hospitais, postos de saúde, etc.). Já os bairros segregados apresentam inúmeras dificuldades quanto ao acesso a serviços com a garantia de uma melhor qualidade de vida. Esses bairros são formados basicamente por trabalhadores que ocupam os postos menos qualificados do mercado de trabalho. Há um terceiro segmento de bairros, em que não podemos fazer uma distinção nítida utilizando os critérios apresentados. Eles compõem uma zona intermediária, onde, prioritariamente, residem os extratos médios da sociedade.

Quando relacionamos OTDF e bairro, o resultado aponta para uma maior vulnerabilidade daqueles/as estudantes que residem nos bairros de maior segregação socioespacial: Guajuviras (46%) e Mathias Velho (41%). Na outra ponta, está o bairro do Centro (92%), com um maior percentual de estudantes que não possuem OTDF.

O local de moradia também pode servir como um indicador de maior vulnerabilidade na medida em que facilita ou cria dificuldades para que as famílias garantam uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, acesso ao lazer. Foi nas regiões que apresentam maior segregação socioespacial², como os bairros Guajuviras e Mathias Velho, que se estabeleceu uma maior associação entre local de residência e pertencer ao grupo que possui OTDF. Ou seja, os/as estudantes das regiões de maior segregação socioespacial estão mais suscetíveis ao trabalho doméstico, o que acaba por ampliar ainda mais sua vulnerabilidade social.

Outros dois fatores ajudam a compreender melhor esse quadro. Quando realizamos uma análise com foco no bairro onde residem esses/as estudantes, percebemos que aqueles/as que possuem OTDF vêm, preferencialmente, dos bairros mais pobres da cidade: Guajuviras e Mathias Velho. Como pudemos perceber, somente o gênero não garante a

² Para uma discussão mais qualificada deste tema, ver MARICATO (2000), RIBEIRO e SANTOS Jr. (2003) e PRÉTECEILLE (2004).

riqueza de detalhes na configuração desse quadro. São as jovens moradoras de bairros segregados que estão mais expostas aos compromissos com a casa, e não os meninos.

A grande maioria dos/as estudantes tem pelo menos um irmão menor (68,5%). Apenas 10,3% têm três ou mais irmãos. Há um percentual bem pequeno, de 0,9%, que disse não ter irmãos/ãs menores. Como um dos itens para composição da sub-amostra foi o cuidado de crianças, isso sugere que as crianças que estão sendo cuidadas não sejam irmãos/ãs. Dos/as jovens estudantes que assinalaram ter três irmãos/ãs ou mais, todos/as têm OTDF, enquanto que os que têm três irmãos/ãs (80%) têm OTDF.

O número de irmãos/ãs também tem um papel na configuração dessa realidade. Quanto menor o número de irmãos/ãs (no estudo, ficou entre um e dois), menores são as chances de os/as estudantes estarem envolvidos/as com um dos elementos do trabalho doméstico familiar. Já aqueles/as que possuem entre três e quatro irmãos/ãs estão mais vulneráveis ao cumprimento de tarefas domésticas.

O objetivo central do estudo foi verificar como se comportam, no âmbito do lazer, jovens que possuem obrigações com o trabalho doméstico familiar e jovens que não possuem essas obrigações. A primeira observação que devemos fazer diz respeito às características desses grupos. De forma alguma cada um dos grupos pode ser tomado como um todo homogêneo. Sua configuração em termos de gênero, raça/etnia, local de residência, idade e número de irmãos/ãs menores, apesar de, em alguns casos, haver certa preponderância, não nos permite atropelar a realidade e estabelecer uma identidade³ central, totalizadora. Nesse sentido, a caracterização das opções de lazer em função dos grupos deve ser feita de uma forma bastante cuidadosa.

O fato de não ser possível construir uma identidade unificada não nos impede de perceber algumas preponderâncias que sustentam a hipótese de que o grupo dos/as que possuem OTDF apresenta um número maior de vulnerabilidades sociais, inclusive, como pertencer a esse grupo. Numa sociedade em que o trabalho doméstico familiar não é distribuído igualitariamente entre homens e mulheres, é possível pensarmos que a preponderância de um determinado grupo aponta para sua maior vulnerabilidade em garantir a distribuição equilibrada dessas obrigações. No caso do gênero, as meninas correspondem a 75% dos que possuem OTDF, enquanto que, dos/as que não possuem essas

³ Identidade, aqui, é pensada como sugere Stuart Hall (2000).

obrigações, apenas 32%. Parece, então, que as OTDF estão muito mais associadas às meninas do que aos meninos.

Tais posicionamentos a respeito do que os/as jovens realizam no seu tempo livre situam-se no que Katryn Woodward (2000) aponta como uma tensão entre uma perspectiva essencialista e não-essencialista de identidade.

Sob uma perspectiva essencialista, a identidade é unificada, concebida a partir de uma essência, histórica ou biológica, que se perpetua através do tempo. A identidade é entendida como possuindo um caráter fixo, imutável, de onde poderíamos extrair a única, última, verdadeira e autêntica identidade, tanto a nível individual quanto social.

No que se refere a uma perspectiva não essencialista da identidade, a ênfase está colocada em buscar compreender os mecanismos e as estratégias e políticas de formação de identidades em que determinados grupos sociais e culturais são representados. Essa dimensão entende o caráter fluido e não fixo das identidades, colocando em xeque a idéia de unicidade e da presença de certas características que se perpetuam através do tempo. A constituição da identidade se dá na relação identidade-diferença, relação esta que se estabelece a nível discursivo, conforme nos mostra Silva (2000):

(...) a diferença é sempre uma relação: não se pode ser “diferente” de forma absoluta; é-se diferente relativamente a alguma coisa, considerada precisamente com “não-diferente”. Mas essa “outra coisa” não é nenhum referente absoluto, que existe fora do processo discursivo de significação: “outra coisa”, o “não-diferente”, também só faz sentido, só faz sentido, só existe, na “relação de diferença” que a opõe ao “diferente”(p.87).

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas também específicas, analisando suas importantes conexões com gênero, classe social, raça/etnia, geração, sexualidade e nacionalidade. Ao analisar a questão da identidade sobre a perspectiva não-essencialista, e buscar compreender as práticas de lazer dos/das jovens enfatizando o caráter fluído e instável das identidades pretendo trazer alguns elementos para a reconfiguração dos estudos sobre juventude.

Se pensarmos em termos de raça/etnia, é possível estabelecermos o mesmo raciocínio. Estudos⁴ apontam que, no Brasil, os negros estão em situação de maior vulnerabilidade social. Em Canoas, o percentual de negros é de 11,6% da população, conforme o censo de 2000 do IBGE. Entre os/as estudantes que possuem OTDF, esse valor é de 39,54% (dez pontos percentuais acima do valor apresentado entre os/as que não possuem OTDF e mais de três vezes a representação da cidade). Essa realidade sugere pensarmos que esses/as jovens estão numa situação de maior vulnerabilidade social, pois pertencer à raça/etnia negra aprofunda as desigualdades (de gênero, por exemplo) já sofridas e fragilizam o lazer.

Se entendermos que o lazer é um direito e que ele é fundamental para a constituição da identidade juvenil, o fato de alguns/as jovens possuírem maior envolvimento com tarefas domésticas, o que restringe seu tempo de lazer, aponta para aquilo que Frigotto (2004) denomina de mutilação de direitos. Para algumas crianças, justamente as mais vulneráveis socialmente, a sociedade produz uma série de mecanismos que restringem o direito ao lazer.

Parece haver dois projetos em jogo. Um que procura garantir às meninas as competências necessárias para dar conta das tarefas domésticas que, no futuro, a sociedade espera que ela cumpra perante a sua família. Outro que aponta para as meninas, principalmente as de baixa renda, com a oportunidade de aprendizagem para, num futuro próximo, ocuparem postos menos qualificados do mercado de trabalho. Nesse caso, seja do ponto de vista do trabalho doméstico propriamente dito, seja do ponto de vista do contexto de produção desse trabalho doméstico, o não-regramento do tempo garante a reprodução das aprendizagens fundamentais para a produção de comportamentos generificados. Como bem aponta Kurz (2000), são as mulheres que acabam sendo responsáveis por garantir o dia-a-dia das famílias no cuidado com a casa.

E para finalizar...

Os dados revelam a impossibilidade de se caracterizarem dois grupos com identidades unificadas, os com organização do trabalho doméstico familiar e os sem. Por outro lado, não podemos deixar de destacar que o grupo que possui um número maior de

⁴ Nesse caso, sugerimos TELES (2003).

atividades domésticas está imerso numa rede de implicações: desde a preparação para o trabalho doméstico familiar e para o mercado de trabalho até uma menor possibilidade de experimentação no âmbito do lazer. Nesse sentido cabe lembrar com Verena Stolke: “La identidad femenina y masculina nunca son, además, completas sino que se encuentran em um permanente proceso de construcción y, por consiguiente, pueden ser resignificadas” (2004, p.99).

A configuração das obrigações no trabalho doméstico familiar apresenta ampla participação das meninas, pois o envolvimento com a casa parece ser um marcador da feminilidade, seja como um contributo para a formação da esposa dedicada, seja para a formação para as carreiras domésticas. A raça/etnia parece também contribuir para a restrição do tempo disponível em função das OTDF. A segregação socioespacial acaba por imprimir aos/às moradores/as da periferia uma maior possibilidade de estarem envolvidos/as com as OTDF. Possuir maior idade e ter um número maior de irmãos/ãs menores também apontou uma relação com as OTDF. Como pudemos perceber, o gênero, a raça/etnia, a segregação socioespacial e o número de irmãos/ãs são variáveis que atuam na configuração da realidade das OTDF, construindo um conjunto de vulnerabilidades que fragilizam o direito ao lazer dos/as jovens que compõem esses grupos.

Com relação aos turnos que predominaram as jovens fazendo atividades domésticas, cabe lembrar que identidade e diferença são produzidas e posicionadas discursivamente em relações sociais e culturais que estão longe de ser simétricas; nessa medida, sua definição depende das relações de poder que estão em ação nos sistemas de significação. Assim, as práticas de lazer em que os/as jovens se inserem socialmente envolvem uma série de processos discursivos, simbólicos e sociais.

Apesar de não podermos estabelecer a identidade dos/as jovens que possuem OTDF dentro de um cenário de características herméticas e, portanto, passíveis de previsão, há um conjunto de variáveis que contribuem para esse quadro. O mais importante a destacar é que o tempo para o lazer, mesmo nas famílias mais pobres, não é distribuído de maneira igualitária entre seus componentes. Algumas características imputam a determinados/as jovens maiores vulnerabilidades, inclusive, aquela associada ao direito ao lazer.

Bibliografia

- BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paula. Cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO, Pedro Paulo (Org.) Retrato da Juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.
- CARRANO, P. C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. Rio de Janeiro, Movimento, n. 1, maio, p. 11-27, 2000.
- DUMAZIDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004. 4ª Ed.
- ESCULCAS, C., MOTA, J. Atividades físicas e práticas de lazer em adolescentes. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, v. 5, n. 1, p. 69-76, 2005.
- DUNNING, Eric Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e no lazer: comentários críticos e contra-críticos sobre as sociologias convencionais e configuracional de esporte e lazer. História: Questões & Debate, n. 39, 2003, p.11-40.
- FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Orgs.) Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro. DP&A, 2000.
- KURZ, R. A ditadura do tempo abstrato. Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 39-46.
- MARIANO, S. O sujeito do feminismo e o Pós-estruturalismo. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 483-505, setembro-dezembro/2005.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, 14 (4), p. 21-33, 2000.
- MARTUCELLI, D. Figuras y de la juventud en la modernidad. Rio de Janeiro. Movimento, 1, (2000): 28-51.
- MATIAS, M. Resenha “Histoire du travail des femmes, Paris. Editions La Découverte, (2000), Françoise Battagliola. Análise Social, Número 163, v.37, 2002.
- MATOS, M e ALVES, G. “A nova mulher” educando as futuras mães. São Paulo 1850-1900. Caderno Espaço Feminino, v.15, n.18, Jan./Jul. 2006.
- MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. NECKEL, J, Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MYOTIN, E. A participação da adolescente brasileira em esportes e atividades físicas como forma de lazer: fatores psicológicos e socioculturais.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Orgs.) Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

PRÉTECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. Espaço & Debate. São Paulo, v. 4, n. 45, jan/jun, p. 11-23, 2004.

RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS Jr., O. A. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. Revista EURE, v. XXIX, n. 88, p. 79-95, Santiago de Chile, diciembre, 2003.

SILVA, T. Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. São Paulo: Vozes, 2000. p. 7-72.

STOLKE, V. La mujer es puro cuento: la cultura del gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

TELLES, E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.